

CURSO DE HISTÓRIA

Eloina Kappaun

**A TRAJETÓRIA DE NILCE AZEVEDO CARDOSO NA DITADURA MILITAR:
MEMÓRIAS SOBRE EDUCAÇÃO E CLANDESTINIDADE**

Santa Cruz do Sul

2016

Eloina Kappaun

**A TRAJETÓRIA DE NILCE AZEVEDO CARDOSO NA DITADURA MILITAR:
MEMÓRIAS SOBRE EDUCAÇÃO E CLANDESTINIDADE**

Trabalho apresentado para a Disciplina de
Seminário de Pesquisa em História.

Orientador: Prof. Dr. Éder da Silva Silveira

Santa Cruz do Sul

2016

Agradecimentos

Agradeço a minha família, aos meus amigos Diego dos Santos, Angélica A. A. Nascimento, Lucas Machado Cardoso e Diego da Silva, por terem me apoiado e me incentivado durante todo esse processo. Também sou grata as minhas colegas do Projeto “Educação Clandestina e Traição: uma história da educação dos comunistas no Brasil da Guerra Fria”, pelas dicas de textos e autores. E agradeço especialmente ao meu orientador Éder da Silva Silveira, por toda a paciência, dicas e apoio durante a elaboração desta pesquisa

A trajetória de Nilce Azevedo Cardoso na Ditadura Militar: Memórias sobre Educação e Clandestinidade

Eloina Kappaun

Resumo:

Com a instauração da Ditadura Militar no Brasil, diversos partidos e organizações entraram para a clandestinidade. Nilce Azevedo Cardoso vivenciou este período e participou ativamente, primeiramente dentro da Juventude Universitária Católica (JUC) e logo em seguida na Ação Popular (AP), aprendeu a viver na clandestinidade, após a invasão da CRUSP (Conjunto Residencial da USP). Proponho através deste artigo, analisar quais as formas, os mecanismos e as funções de educação vivenciada por Nilce dentro da JUC e da AP. Assim como compreender as principais dificuldades de viver clandestinamente.

Palavras-Chaves: Educação. Clandestinidade. Trajetória. Militância feminina. Memórias.

Abstract:

With the establishment of the Military Dictatorship in Brazil, several parties and organizations went into hiding. Nilce Azevedo Cardoso lived this period and participated actively, first within the Catholic University Youth (JUC) and soon after in Popular Action (AP), learned to live in hiding, after the invasion of CRUSP (Residential Complex of USP). I propose, through this article, to analyze the forms, mechanisms and functions of education experienced by Nilce within JUC and AP. As well as understanding the main difficulties of living clandestinely.

Keywords: Education. Clandestinity. Trajectory. Women's Militancy. Memoirs.

Introdução

O presente artigo está inserido em um projeto de pesquisa maior, intitulado “Educação Clandestina e Traição: uma história da educação dos comunistas no Brasil da Guerra Fria”, desenvolvido na Universidade de Santa Cruz do Sul, sob coordenação do prof. Éder da Silva Silveira. Trata-se de um recorte de pesquisa que

foi realizado por mim como Trabalho de Conclusão de Curso de História, cujo tema relaciona-se com o papel das mulheres dentro de organizações políticas contra a ditadura militar brasileira em momentos de clandestinidade.

Este trabalho aborda, a partir da trajetória de Nilce Azevedo Cardoso, situações enfrentadas por mulheres militantes durante a Ditadura Militar no Brasil, que teve seu início na década de 1960. Almeja-se explorar em sua trajetória política às práticas de educação não formal vividas por Nilce enquanto militante da JUC (Juventude Universitária Católica) e da AP (Ação Popular), ou seja, uma educação não vinculada ao controle do Estado, mas organizada em grupos de resistência. Busca-se, da mesma forma, refletir sobre temas relativos às dificuldades de viver a/na clandestinidade.

A Juventude Universitária Católica surgiu ainda na década de 1930, baseando suas ações em três premissas básicas: ver, julgar e agir. Porém, somente a partir da década de 1950 que o grupo passou a se engajar em atividades políticas, como por exemplo, problemas sociais. Ainda no final da década de 1950 e início da década de 1960, o grupo passou a interagir com partidos políticos como a AP, por exemplo. A Igreja descontente com o engajamento político dos participantes da JUC, propõe a retirada dos jovens militantes.

Foi a partir da reorganização da ACB, com os estatutos de 1946 e 1950, que a JUC aproxima-se “das posições das esquerdas políticas do país”, deixando de ser composta, em sua maioria, por universitários que vinham dos cursos de direito, medicina e engenharia, para crescer, a partir da segunda metade de 1950, o número de estudantes que vinham dos cursos da sociologia e economia, que introduzirão uma nova problemática no movimento. Com o passar do tempo, esses jovens passam a questionar alguns elementos da doutrina católica como a passividade perante a política e à ordem estabelecida, devido à convivência com outras correntes de pensamento, mas igualmente pela familiaridade com outras teorias debatidas no interior da própria Igreja, como as obras de Jacques Maritain, Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin; e pela influência do pontificado do Papa João XXIII (SILVA, 2016, p. 34).

A Ação Popular surgiu a partir de desdobramentos da JUC e de outros grupos vinculados ao movimento estudantil. Com a proposta da Igreja de retirar os jovens politicamente ativos, criou-se um novo movimento independente da Igreja, também composto inicialmente por estudantes.

O I Congresso da AP, de 1963, aprovou em Salvador o Documento-Base, texto que instruiu majoritariamente a ação política do movimento até mais ou menos 1968. A coordenação de Goiás, por mais que não estivesse presente no Congresso, teve fundamental importância na divulgação do documento, pois após a sua revisão e transcrição, o mesmo foi impresso nos domínios do ICP, de onde seguiu para a distribuição nos demais estados (SILVA, 2016, p. 49).

Iniciou com ideologias próprias, dispensando o marxismo. Porém, influenciado pela Revolução Chinesa, depois de uma aproximação com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), reconhecido pelo Partido Comunista Chinês, passou a incorporar o marxismo em seus ideais.

O Programa-Básico oficializava o advento de uma nova Ação Popular, que passaria a chamar-se APML (Ação Popular marxista-leninista), uma organização que teria surgido de um partido pequeno-burguês para transformar-se, a partir de 1969, em uma organização política proletária marxista-leninista. A partir de então, a organização fundamentar-se-ia pelos princípios “universais” do marxismo-leninismo-maoísmo, sob a liderança de Mao Tse-Tung, criador da teoria revolucionária da “guerra popular prolongada” (SILVA, 2016, p. 73).

Do ponto de vista da História, cada vez mais se tem pesquisas sobre as mulheres, principalmente com a advento da Nova História,¹ pois seu advento ampliou o conceito e a utilização de documentos, bem como a diversificação de objetos e abordagens. A renovação da pesquisa histórica e de sua concepção se deu paralelamente ao alargamento das fontes, temas e métodos. O uso das fontes orais, como também de fotografias e memórias de pessoas que viveram em um determinado período histórico, passaram a ter relevância para o historiador a partir das primeiras décadas do século XX. A partir desse contexto, as pesquisas sobre os papéis sociais das mulheres se fortaleceram, já que não mais se limitou à trajetória dos “grandes homens” ou dos “grandes heróis”.

¹ A Nova História é baseada nos escritos de Jacques Le Goff, baseado em conceitos de oposição a história tradicional. Esta nova teoria traz o interesse em toda a História humana. Os historiadores adeptos a essa nova teoria, a chamam de “História Total”, pois aborda não somente os grandes ícones, mas também uma minoria, como as mulheres, por exemplo.

Em relação à Ditadura Militar no Brasil, as mulheres tiveram um papel importante na resistência, embora haja indícios de que eram desacreditadas inicialmente pelos militares, bem como pelos próprios militantes. Suas atividades ocorriam principalmente nas cidades. Poucas eram enviadas aos campos, pois não deveriam chamar a atenção da população. Muitas trabalharam em fábricas e suas atividades consistiam em levar discretamente o movimento de resistência para o interior da empresa. Mudavam seus nomes e, muitas vezes, casavam-se com desconhecidos para manter as aparências e seguir normas de segurança exigidas na clandestinidade.

Foram poucas as mulheres que assumiram papéis de liderança dentro da hierarquia do partido, mas assumiam estes papéis junto à comunidade em que estavam inseridas e atuavam constantemente junto aos militantes masculinos, como a própria Nilce, que ao mudar-se para Porto Alegre, passou a ocupar um lugar de comando junto ao seu marido na época.

Esse trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel político da mulher militante durante a ditadura militar e a partir da trajetória de Nilce Azevedo Cardoso. A partir de suas memórias, busca-se entender como ocorriam processos e práticas de educação dentro dos grupos políticos nos quais Nilce se inseriu no contexto da ditadura. Interroga-se sobre quais formatos ocorriam, bem como os mecanismos e as funções que essas práticas desempenhavam. Trata-se, também, de um exercício que visa entender quais foram as principais formas e dificuldades de viver clandestinamente no Brasil da Ditadura Militar. As memórias de Nilce ajudam não somente a compreender a militância em diferentes aspectos, mas, também, a refletir sobre o que era ser uma mulher militante no contexto da luta contra a repressão no país.

As principais lentes teóricas desse trabalho estão ancoradas nos conceitos de educação, clandestinidade, resistência, memória e trajetória. Partilhamos da concepção de Educação, definida por Brandão (2002), como uma prática social que pode atuar em duas direções: na direção das forças produtivas no desenvolvimento/manutenção dos valores culturais (BRANDÃO, 2002, s/p.). Baseando-se na definição de Mozart Lacerda Filho, podemos admitir vários sentidos para o termo clandestinidade. O autor diz tratar-se de uma situação de relativo

isolamento do sujeito, podendo, dependendo do contexto, significar também resistência, projeto, trauma, etc.. Quanto à concepção de resistência, trazemos a concepção encontrada no Dicionário de Conceitos Históricos a ideia de uma “oposição às estruturas de dominação dos poderes e das instituições” (SILVA; SILVA, 2009, p. 78). O conceito de memória, que também compõe este texto, será especificado no decorrer deste artigo. Ao utilizarmos o conceito de trajetória, podemos trazemos a definição de Boudieu (1996). Ele especifica que no momento em que se trabalha com uma trajetória, existe a grande possibilidade de o sujeito entrevistado buscar uma linearidade e uma lógica em seu discurso, utilizando-se de termos como “sempre”, “desde criança”, entre outros. Esses termos, em sua maioria, são utilizados para explicar o porquê de estar realizando uma determinada atividade.

Produzir uma História de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como um relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar (BOUDIEU, 1996, p. 184).

Ao elaborarmos uma pesquisa sobre a trajetória de uma indivíduo deve-se ter um cuidado para não cair nesta “ilusão” como Boudieu a denomina, de que está trajetória segue uma linearidade. Deve-se buscar sempre estudar a partir dos traços pertinentes, ou seja, a partir de traços que não caiam no senso comum.

Para a elaboração desta pesquisa foram utilizadas fontes como o Relatório Azul, organizado anualmente desde o ano de 1994, pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH), vinculado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Encontramos diversos depoimentos de pessoas que resistiram à Ditadura Militar em seus exemplares, como um depoimento de Nilce, encontrado no volume IV do ano de 1997.

Outra fonte importante para a realização deste trabalho é o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV). O depoimento de Nilce encontra-se no relatório estadual da CNV. A lei para a criação desta comissão foi sancionada em 2011, sendo a comissão instaurada no ano de 2012, pela então presidente Dilma Rousseff. A entrega do relatório se deu em dezembro de 2014. Dentre os relatos de

sobreviventes da ditadura militar que o compõe, utilizamos o de Nilce Azevedo Cardoso.

Outra fonte utilizada é uma entrevista realizada por Éder da Silva Silveira com Nilce, no ano de 2008. Apesar de ter sido realizada com outro enfoque, essa fonte apresenta informações sobre a vida na clandestinidade e sobre práticas de educação vividas por Nilce dentro da AP. Além desta, também utilizo outra entrevista com Nilce realizada por mim, em novembro de 2016.

O presente artigo está organizado em três momentos. No primeiro, destacamos a participação feminina nos grupos de resistência, apresentando um panorama geral sobre a inserção e participação das mulheres em redes e/ou organizações de resistência. No segundo, refletimos sobre as possíveis formas, mecanismos e as funções da educação no grupo de resistência no qual Nilce Azevedo Cardoso atuou. No terceiro, um panorama sobre o que seria viver clandestinamente durante a ditadura militar.

Nilce atuou dentro da JUC e AP, viveu a clandestinidade e trabalhou em chão de fábrica como estratégia de sua missão política enquanto militante.

Nilce Azevedo Cardoso: a mulher, a memória e o contexto histórico

No ano 1964 se instaurou no Brasil um governo militar autoritário, que de diversas formas agiu contra os direitos humanos. A polícia em suas formas de interrogar os presos políticos, geralmente usava da violência física e psicológica. Homens e mulheres sofreram com a repressão. Em relação às mulheres, muitas foram estupradas, como podemos perceber neste trecho de Adriana Cristina Borges, graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade de Londrina, autora do artigo *Tortura e Violência por motivos políticos na Regime Militar no Brasil*:

Após a tomada do golpe, o governo passou a considerar como “inimigo interno” todos os que discordavam do regime. Quando presas estas pessoas eram denominadas oficialmente de presos políticos. A violência atingiu a homens e mulheres, muitas delas grávidas, e também crianças. O que diferenciava era a forma de tortura, pois as mulheres sofriam estupro e

eram submetidas a realizar as fantasias sexuais dos torturadores (BORGES, s.d., p. 3).

Durante a ditadura militar no Brasil foram criados diversos órgãos que ficaram encarregados de reprimir a todos que se manifestavam contra o governo. Naquele contexto, todo cidadão era considerado suspeito. Sendo assim, em diversas áreas sociais, como por exemplo, em escolas e praças públicas, existiam representantes do governo muitas vezes disfarçados e encarregados de deter a quem demonstrasse sinais de investidas contra o governo.

Foi principalmente a partir do ano de 1968 que se intensificou a participação feminina dentro das lutas. Estas mulheres se inseriram principalmente através de movimentos estudantis, como também fora o caso de Nilce.

A década de 1960 foi um salto paradigmático para as mulheres. Era um momento em que se reconfigurava o papel social da mulher, onde ela rompe com o seu papel de mãe e filha dedicada e invade o espaço público masculino, com atitudes de militante longe dos padrões esperados pela sociedade (TOMAZONI, s.d., p. 2).

Nilce nasceu na cidade Orlândia-SP. Aos doze anos mudou-se para a cidade de Ribeirão Preto, no mesmo estado. Filha de professores, estudou em escola pública, mostrando-se crítica e fazendo denúncias de situações consideradas inapropriadas. Mais tarde, no ano de 1964, ingressou no curso de Física da Universidade de São Paulo. Este também foi o período de sua entrada no movimento estudantil, na Juventude Universitária Católica (JUC). Os participantes da JUC reuniam-se em locais diferentes para organizarem debates e estratégias. Nilce permaneceu nesse grupo até o ano de 1967. Após, passou a participar de uma célula da base da Ação Popular (AP). Esse grupo de resistência surgiu no ano de 1962, organizado principalmente por estudantes. Em 1967, mudou sua sigla para Ação Popular Marxista-Lenista (APML), como também passou a apoiar movimentos de camponeses e boias-frias.

Em sua entrevista (CARDOSO, 2016), Nilce destaca que não recebeu nada pago pela organização. Durante a militância recebia salário referente aos respectivos empregos nos quais se inseria. Além disso, também ocorria a distribuição de um jornal chamado *Libertação*, confeccionado pelos próprios

militantes da AP em prol de buscar mais adeptos à causa, já que este fora um período de crise para os grupos que vinham tendo baixas expressivas em seu contingente.

Em 1968, Nilce passou a trabalhar como operária na fábrica Ródia, que produzia tecidos, no ABC de São Paulo, mudando-se posteriormente para Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Quando trabalhou na fábrica Renner uma empresa que produz diversos artigos como embalagens para empresas, tintas e outros produtos, de Porto Alegre, Nilce sofria com o medo de ser descoberta, pois usava seu nome e carregava a identidade. Sua função era de espalhar folhetos dentro da fábrica para que todos tivessem acesso à informação sobre as irregularidades e os descasos que ocorriam com os trabalhadores.

O que mais me chamou atenção lá em seguida foi o medo (...)de ser descoberta porque ali eu sempre tive com o meu nome, eu só usei o meu nome da minha carteira de identidade, mas claro que ali me chamavam por um apelido e aí não precisava ficar repetindo o meu nome (...)tal mais sempre era com minha carteira de identidade (CARDOSO, 2008, s.p.).

Em determinado momento, Nilce se machucou na fábrica e isso lhe preocupou, uma vez que o seguro estaria com seu nome e isso poderia chamar a atenção das autoridades, pois seu nome estava na relação dos militantes encontrada pela polícia militar em uma invasão a um departamento do partido. Desse momento em diante ela trabalhou em diversas funções, como o de cuidadora de crianças, de manicure, entre outras, até decidir voltar para sua profissão de professora. Porém, segundo ela, nunca deixou de estar ligada ao movimento operário, passando a ministrar formações de operários eventualmente. Foi nesse contexto que acabou presa, no dia 11 de abril de 1972, em um ponto de encontro, na rua Oscar Pereira.

Não, era um dia onde eu iria dar aula à tarde. Então, eu fui presa pela manhã no ponto. Era 11 de abril de 1972. O ponto era na Oscar Pereira [Porto Alegre]. O ponto então é uma coisa assim: é um lugar onde se marca, eu fico parada, vem uma pessoa e diz uma senha, e eu digo uma outra senha, e aí a gente identifica se a pessoa é aquela mesma que eu estou esperando, como esse ponto tinha sido entregue em São Paulo (CARDOSO, 2008, s.p.).

O fato das mulheres estarem participando ativamente nos grupos de resistência surpreendia os militares, pois, de modo geral, eles pareciam não

acreditar que elas pudessem tomar decisões por vontade livre, ou mesmo e organizarem-se e disporem-se às lutas de resistência.

Nesse período, “ser uma mulher na política, ou ainda, ser uma ‘mulher política’, parece uma antítese da feminilidade”, daí os bloqueios, as resistências, que atingem ao mesmo tempo o governo e a representação do gênero. Durante a ditadura “a norma era a não participação das mulheres na política, exceto para reafirmar os seus lugares de mães-esposas-donas-de-casa que vivem em função do espaço masculino. (...)Para a repressão, a quebra dos papéis destinados à mulher e a consequente busca por igualdade trouxe o conceito de “mulher subversiva” (TOMAZONI, s.d., p. 2-3).

As militantes, ao mostrarem-se avessas ao regime militar, contrariam a ideia machista dos militares de que as mulheres deveriam ser submissas as ideias masculinas. Muitas, desconsiderando as regras sociais de então, passaram a integrar os grupos de resistência. Pelo fato dos militares não terem acreditado no potencial feminino, tiveram reações de ódio perante as mulheres. Sendo assim elas passaram a serem vistas como uma ameaça e não mais como um grupo fácil de ser combatido, segundo Teles os militares:

Ao assumirem uma posição política de transformar a ditadura em liberdade, justiça e democracia, passaram a engrossar as diversas trincheiras de lutas, das ações políticas de repúdio a ditadura, seja de luta armada ou não, o que irritou profundamente os militares que esperavam que elas fossem facilmente dominadas e controladas por eles (TELES, 2005, p. 1011).

As descrições dos relatórios sobre os militantes, elaborados pelos partidos, como a AP, quando referiam-se a uma mulher, acrescentavam características que explicariam a participação feminina. Podemos perceber isso, na citação de Maria Amélia de Almeida Teles:

Os documentos, quando se referiam à mulher, usavam expressões como “ativa fanática em subversão”, “bom grau de inteligência” “moça de muita valentia”. 26 Eles nunca diziam que um homem era fanático, ou mesmo, inteligente. A premissa básica é de que os homens são inteligentes, valentes e racionais, portanto, não seria necessário mencionar isso no relatório a seu respeito. A repressão tratou as mulheres como muito perigosas, pois elas queriam “superar os homens”, eram consideradas promíscuas porque eram capazes de abandonar seu “papel social” a ponto de aspirar ao poder político e participar da luta armada (TELES, 2015 p. 1011).

Outra característica dentro dos partidos, era a visão da mulher operária, da mulher pobre. Nilce, para ingressar dentro das fábricas teve seu cabelo, que era longo e loiro, cortado e pintado. Coisas como maquiagem foram desconsideradas, ou seja, a vaidade fora deixada de lado. A feminilidade era totalmente ignorada dentro da Ação Popular, as mulheres deveriam se adaptar e utilizar um visual mais masculinizado.

No livro de Susel Oliveira Rosa, quando fala-se sobre a mulher dentro dos Partidos e sua masculinização, traz o depoimento de Albertina de Oliveira Costa, onde ela fala sobre o crescimento do feminismo nestes grupos de resistência. Por viajarem, mesmo que acompanhando homens, como suas esposas, elas possuíam conhecimento político, o que as diferenciava das demais. Facilitando assim, o crescimento do feminismo dentro dos partidos de esquerda.

Nilce lembra, ainda, que os homens, os militantes, não precisavam passar por nenhuma transformação visual. Na suposta relação de igualdade estabelecida pela esquerda, a transformação coube as mulheres, que deveriam se adequar ao modelo universal masculino do militante político (ROSA, 2013, p. 43).

Ainda no mesmo livro, encontramos um relato de Nilce sobre o machismo que enfrentava dentro da AP, mais precisamente de uma situação que a incomodou: o momento em que se mudara para Porto Alegre, mesmo estando estabilizada em São Paulo e organizando tarefas importantes, teve de mudar-se para acompanhar seu marido, o que logo a desagradou. Porém, ao chegar no Rio Grande do Sul, percebendo a situação em que o partido estava, deixou de lado sua inquietação, assumindo um papel de comando junto ao seu companheiro. Também a incomodava o fato de que as mulheres tinham que mudar seu visual drasticamente, enquanto os homens não tinham esta necessidade.

Ai Toninho é que veio para ser dirigente do Rio Grande do Sul. Porque tinha caído tudo aqui... (...) Ele que veio. Mas eu vim possessa! Eu tinha escrito uma carta dizendo que eu achava um absurdo uma militante com sua história já construída, independente do companheiro, daí pela frente ir pra algum lugar porque o companheiro ia (...) vim para acompanhar marido. Nossa senhora, fiquei muito brava (...) Não, não quero estar em um Partido

que me mandavam porque eu sou mulher de alguém! (CARDOSO apud ROSA, 2013, p. 48).

Nilce relatou que na época não percebia o que estava ocorrendo, porém, lembra-se de fazer atividades consideradas femininas. Sempre viajavam na companhia de algum homem, como sua esposa. Dentro da JUC também ocorriam situações semelhantes, no qual as mulheres que saíam para a rua, geralmente iam acompanhadas por homens. Para se proteger, por exemplo, quando estavam pichando muros, beijavam-se para evitar quaisquer suspeitas, ou seja, se acaso algum policial passasse pelo local, veriam somente um casal de namorados aproveitando uma noite e não duas pessoas militando em prol dos seus direitos.

As funções exercidas por Nilce dentro da AP, foram de fundamental importância, já que a mesma exercia a função de “serviços”, ou seja, exercia atividades de organização e planejamento, como por exemplo, organizar células temporárias, onde ocorreriam as reuniões do partido.

Segundo Elenice Silva Ferreira, a história oral, que aborda estas memórias, começou a ser abordada no Brasil somente na década de 1970, ainda durante a Ditadura Militar, o que acarretou em uma pouca utilização deste método, que ganhou forças somente na década de 1990.

No campo historiográfico ainda existem poucas discussões sobre a metodologia usada para no campo da memória como fonte de pesquisa. Basicamente utilizam-se de métodos criados por outros campos, como a sociologia por exemplo. Segundo, Durval Muniz de Albuquerque Junior, “esta relação entre memórias e história não tem suscitado um maior debate que viesse a esclarecer os problemas e a fecundidade de tal relação” (s/d, p. 39).

A memória pode sofrer modificações, ou seja, ela pode mudar conforme a vida que estamos levando no presente. A memória nunca é igual para todos. Segundo Silveira e Ramos, “é pertinente dizermos que não existe representação memorial sem traços” (s.d., p. 23), ou seja, ela é uma reconstrução continuamente atualizada no presente e, também no presente, ela pode se fixar em traços, lugares, objetos, constituindo uma narrativa sobre o passado.

Ainda segundo Albuquerque, a memória pode ser dividida em duas, a memória involuntária, chamada então pelo autor de reminiscência, é aquela que não está em nossas lembranças, porém, em uma determinada situação aparece como flashes de um passado.

A “memória involuntária”, que chamaremos de reminiscência, é um nível em que “memória individual” é violentada por “chocs” provenientes de signos sensíveis. Estes signos provocam a evocação, fazem chegar à consciência sensações ou imagens já vividas que aparecem como rasgões num tecido negro. Passam através destes rasgões figuras indecisas (5), imagens fugidas, aparições irrepetíveis que trazem até o indivíduo o passado em estado puro, ou seja, não uma simples semelhança entre passado e presente, uma repetição de sensações, mas sim de uma fusão de sensações passadas e presentes que faz com que o que foi invocado surja de uma nova forma (6). O passado ressoa no presente, o passado surge no presente com força viva e violenta, de uma violência tão grande que só suportamos por momentos. (ALBUQUERQUE, 1994, p. 41).

A segunda seria a “memória voluntária”, chamada então pelo autor de lembrança. Albuquerque traz ela, como lembranças fragmentadas do passado, que podem sofrer modificações conforme o presente no qual a pessoa está inserida. Esta memória fragmentada sofre varias modificações, conforme o grupo na qual a pessoa estava e/ou está convivendo.

A organização da experiência requer uma consciência do tempo, no sentido de demarcar claramente o presente que foi e o presente que é, esta demarcação na verdade significa a criação de um novo tempo saturado de vivências (ALBUQUERQUE, 1994, p. 43).

Ainda segundo Albuquerque, esta memória não é a lembrança de um passado puro mas, sim, um conjunto de memórias sobre este período, influenciada por questões desenvolvidas ao longo dos anos, ou seja, a vida de uma pessoa não é continua, ela passa por mudanças psicológicas, de ideais e de convívio social e estas mudanças contribuem para a construção de uma memória. A memória então “é sobretudo o trabalho de localizar lembranças no tempo espaço” (ALBUQUERQUE, 1994, p. 44), ou seja, é rememorar no tempo atual o período em questão, buscando, assim, o tempo e o espaço em que a mesma ocorreu. A

mudança de espaço, segundo o autor, também pode trazer conceitos diferentes para esta memória. Outro fato importante sobre a memória, é o fato de que a mesma traz consigo recordações emocionais deste passado, podendo ser saudosistas ou não. Segundo Albuquerque:

As memórias ainda possuem um nível imaginativo em que operam a invenção, o desejo, a fantasia. A partir de fragmentos de imagens e sensações experienciadas socialmente somos capazes de inventar novas imagens e a partir de novos desejos e fantasias, novas sensações, incorporando-as inclusive na narrativa de nossas memórias como fatos socialmente ocorridos e sensações realmente vividas. (ALBUQUERQUE, 1994, p. 45)

Entre a memória coletiva e a memória individual existe uma intersecção, pois a memória individual, na verdade, seria uma forma própria de cada pessoa de perceber o passado. Para a análise de uma memória coletiva é necessário compreender que a memória é “um campo discursivo e de força em que estas memórias individuais se configuram” (ALBUQUERQUE, 1994, p. 46).

Esta memória histórica busca unir fragmentos entre a memória coletiva e a memória individual, ou seja, sua busca por elementos que consistem em ambas (individual e coletiva) para torna-las uma só versão. Sendo assim, ela pode cair facilmente no imaginário de um grande herói ou reproduzir histórias que tornam-se repetitivas.

A “memória histórica” está mais sujeita do que a História a reproduzir a versão oficial, a versão do vencedor, embora esta última também esteja sujeita aos embates ideológicos que se travam no presente em que é elaborada (ALBUQUERQUE, 1994, p. 47).

Na História, utilizam-se conceitos para realizar a análise do passado, entendendo-se a questão da influência do presente sobre esta análise. Porém, ao trabalhar com memórias, utiliza-se dos conceitos e da razão para desmembrar esta memória.

Na memória fica o que significa na história se resignifica o que fica, esta é a violência do historiador que com seus conceitos atribuem novos significados ao que ficou guardado nas memórias: recortando-as reconstruindo-as, desmanchando suas telas, Violar memórias faz com que seja gestada a História que está sempre em busca de um novo sol para orientá-la (ALBUQUERQUE, 1994, p. 50).

Portanto, temos de compreender que a memória não é uma reconstrução fiel do passado, ela passa por modificações, ela pode ser influenciada por um imaginário, ou seja, em nenhum momento ela reconstrói o passado a maneira que ele realmente era. E esse também não é nosso objetivo. Tratam-se de considerações importantes pois as fontes orais, tanto as entrevistas como os depoimentos de Nilce à Comissão da Verdade e ao Relatório Azul, são fontes que diretamente ligada a essas narrativas de memória. Ter essa consciência teórica e epistemológica é útil para não abordar as narrativas de Nilce de forma ingênua ou mesmo como pura “reconstrução do passado”. Ou ainda:

Não considerar o patrimônio como uma construção política e a memória como uma (re)construção continuamente atualizada do passado pode contribuir para que o historiador seja apenas tributário e colaborador de um trabalho especializado de enquadramento e manutenção de determinados discursos, sem problematizá-los. (SILVEIRA; RAMOS, s. d., p. 25).

Educação e resistência em Nilce Azevedo Cardoso

Quando falamos de educação, principalmente no ramo da História da Educação, pouco se aborda a Educação Não Formal. Sabe-se que ela existe, mas pouco sabe-se de como ela se articula neste ramo da História.²

A educação é uma “prática social” (FREIRE, 1997), portanto, nunca é neutra, podendo ocorrer de forma intencional ou não. A educação pode ocorrer dentro ou

² Em um mapeamento realizado no grupo de pesquisa nos anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), percebe-se ao longo, do que já foi mapeado na pesquisa que pouquíssimos trabalhos abordam este conceito. Ou seja, em alguns trabalhos, mesmo ocorrendo pesquisas sobre a educação não formal, este conceito pouco encontra-se para significar esta educação.

fora da escola ou em instituições porta-vozes de determinadas “doutrinas” (como, por exemplo, em partidos políticos, igrejas, etc.). Ela também ocorre no convívio social, na práxis, dentre outras formas.

A educação não formal consiste em uma educação não vinculada ao Estado, portanto, a forma, mecanismos e funções podem variar. Segundo Moacir Gadotti:

A educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. A educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema seqüencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem (GADOTTI, 2005, p. 2)

Logo, a educação não formal possui objetivos, possui funções, porém, diferentemente da educação formal, pode ocorrer em qualquer espaço ou hora. Essas funções variam de acordo com os objetivos que se tem com a mesma.

A não-formal ocorre em ambientes e situações interativas construídas coletivamente, segundo diretrizes de dados grupos, usualmente a participação dos indivíduos é optativa, mas ela também poderá ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um. Há (...) uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes (GOHN, s.d., p. 29).

Desta maneira, a educação ocorrida dentro dos grupos de resistência desempenhava importantes papéis e atendiam a diferentes objetivos. Uma de suas finalidades era preparar para a militância na clandestinidade, com ênfase ao à preparação teórica e prática dentro e fora do Partido.

A clandestinidade pode ocorrer dentro ou fora da sociedade, em um exílio, ou em um contexto de isolamento. A pessoa ou grupo pode entrar na clandestinidade por imposição ou como uma estratégia ancorada em uma esperança de futuro. A clandestinidade dentro dos grupos de resistência se tornou uma maneira de resistir ao governo, de se opor aos fatos. Vivia-se uma contradição entre “o desejo fazer e

não poder, desejar ir e não poder” (LACERDA FILHO, 2011, s. p.). Também na clandestinidade alguns militantes foram descobertos, pois ela era o espaço muitas vezes encontrado para continuar com sua luta contra a ditadura.

Na clandestinidade, espaço de educação não-formal e de resistência, era comum militantes organizarem aulas, compartilhando experiências ou estudado um determinado assunto. A coletividade era outro fator importante para o funcionamento dessa educação clandestina dentro dos grupos de resistência, pois era a partir dela que o grupo se organizava. Em tempos de ditadura, essa educação clandestina era uma educação combativa, que tinha por ideal educar o militante em prol da resistência e de uma revolução. Mas, o que sinalizam as memórias de Nilce Azevedo Cardoso sobre essa Educação Clandestina?

Assim que Nilce ingressou na universidade, em 1964, ela passou a integrar a JUC (Juventude Universitária Católica). Nesse grupo estudantil ela participava de reuniões, seminários de formação, como também grandes congressos nacionais e estaduais. Nesses casos, a educação ocorria juntamente com as atividades da organização.

As discussões eram cotidianas e sempre elucidativas (...) Muitas reuniões eram na faculdade de Filosofia, que ficava na Rua Maria Antônia. Pude, então, conhecer o CCC (Comando de Caça aos Comunistas). Para chegar as assembleias tínhamos que passar pelo Mackenzie, onde eles ficavam. Nossa! Tudo passou a ser uma grande aventura. Participar das pichações de “Abaixo a Ditadura”, de panfletagens, de comícios relâmpagos, mesmo que tivéssemos que enfrentar a cavalaria, como muitas vezes aconteceu, era uma necessidade vital para mim. (CARDOSO apud ROSA, 2013, p. 30)

Ao ingressar numa célula³ da AP (Ação Popular) devido ao fato de não ser mais um grupo vinculado a uma determinada religião mudaram-se os objetivos eram maiores e, portanto, o processo de formação também era mais rigoroso. Nilce relatou que logo ao ingressar na célula lhe foi entregue um documento no qual havia as orientações sobre o propósito do partido, sua estrutura, e com as normas disciplinares que os militantes deveriam seguir. As panfletagens e as pichações

³ Células partidárias são organizações comuns na atuação e na luta de um determinado grupo de militantes. No caso da Ação Popular, a célula em que Nilce passou a participar, encontrava-se na cidade de São Paulo.

também eram formas recorrentes de práticas educativas não formais, porém, voltadas para o público em geral e não somente para os militantes.

Em abril de 1963, seria lançado um novo documento da Ação Popular intitulado Cultura Popular, seguindo o fio de abordagem da parte final do Documento Base, que levantava rapidamente a relevância e alguns tipos de ferramentas que serviriam ao projeto de preparação revolucionária (SILVA, 2016, p. 54).

Os conhecimentos muitas vezes eram construídos na prática. Por exemplo, para entender a vida em uma favela, os militantes eram levados até uma, para assim entender de forma prática seu funcionamento. Para o funcionamento do partido havia os que estiveram em Cuba, por exemplo, estes traziam informações e técnicas de que poderiam ser utilizadas no Brasil, além de leituras que eram obrigatórias sobre formas de resistência que grupos organizaram em outros países. Alguns, principalmente os de escala maior na hierarquia da organização, iam para Cuba ou para União Soviética conhecer e realizar alguns cursos. Esse processo nos leva a entender que não somente as atividades da militância, mas toda prática de educação também ocorria de forma hierarquizada.

Na época, Nilce passou a ter contato com o dirigente máximo da AP, conhecido como Dorival. Ao final de uma reunião, Nilce fora designada para uma tarefa diferenciada dentro da AP, ela passaria a levar informações e marcar reuniões. Para executar esta tarefa teria de se tornar invisível. Isto acarretou em seu total distanciamento com ex-companheiros da JUC e outros conhecidos. Para auxiliá-la nessa nova atividade lhe foi designado um companheiro da Ação Popular denominado Joaquim.

Joaquim foi me mostrando o que eu tinha que estudar para ver se eu estava à altura da tarefa (...) Eu não tinha lido nada, aí ele me colocou a começar com Jorge Amado(...). Ele me deu Socialismo Utópico e Científico. Eu li chorando do começo ao fim. Chorava! Chorava, chorava, parecia que tudo o que eu tinha acreditado até então não servia pra nada porque parecia que nada estava ali... E aí vieram todos os testes. Esse aí foi o mais dolorido mesmo, porque tinha que mudar toda uma concepção de mundo. (CARDOSO, 2008, s. p.).

Para a execução da tarefa era necessário o estudo de alguns livros e autores, como Jorge Amado, *Subterrâneos da Liberdade* e obras de Marx e Engels. Esses textos e autores integravam a sua formação inicial. *Subterrâneos da Liberdade* é um romance escrito por Jorge Amado, que traz como cenário o período em que Vargas estava no poder, mais precisamente o ano de 1937. Foi escrito em 1950, porém, para os militantes de 1964 o livro continuava atual e era importante para o entendimento da militância. É composto por três volumes: *Os ásperos tempos*, *Agonia da noite* e *a Luz no túnel*. Mariana, a personagem principal, cumpria tarefas parecidas com as que Nilce executou durante sua militância.

Apesar da responsabilidade de organizar encontros entre líderes do partido, sabendo onde encontrar a todos, Mariana também deveria chegar antes ao local das reuniões, organizar a casa e preparar o café para esperar os colegas (ROSA, 2013, p. 35).

A imagem de mulher que o livro nos traz, é o de uma mulher submissa, que cumpria suas tarefas com seus maridos e ainda realizava atividades dentro do partido, no caso do livro, dentro do Partido Comunista Brasileiro.

Jorge Amado reproduz exatamente esse contexto conservador, reforçando os comportamentos e modelos tradicionais, construídos social e culturalmente para homens e mulheres. Mesmo que estas últimas eventualmente participassem da luta política, tanto que Mariana é uma heroína no romance, o autor não deixa de localizar a mulher ora à sombra dos homens da organização (ROSA, 2013, p. 35).

Para Nilce, a realização desta leitura foi difícil, não na questão da própria leitura, mas sim porque ia contra tudo o que ela sabia e acreditava até aquele momento. Com a invasão do CRUSP (Conjunto Residencial da USP), local onde se encontravam diversos documentos e relatórios dos militantes ligados à AP, o cuidado teve de se tornar redobrado, pois a polícia militar prendera diversos militantes. Devido a essa situação, as normas para os militantes se tornaram mais severas, pois tinham de aprender outras normas de segurança para viver na e a clandestinidade. Nilce, então, passou a ser educada por outra pessoa, desta vez uma mulher.

Eu passei a ser coordenada por Inês. Ela foi me ensinar como é que se comportava um militante clandestino. Aí já tinha sido a invasão do CRUSP. Já sabiam que o meu nome estava lá. Então eu precisaria tomar muito cuidado dali para a frente e entender o que que era uma vida clandestina (CARDOSO, 2008, s.p.).

A pontualidade era algo necessário, já que minutos poderiam fazer a diferença entre ser preso ou conseguir fugir. Nesse período, Nilce era educada por Inês, esposa de Dorival. Nilce, como pontuou Suzel Oliveira da Rosa em seu livro *Mulheres, Ditaduras e Memórias*, foi “educada para a militância e para a clandestinidade”, e “tornou-se tão invisível quanto disciplinada” (2013, p. 45).

A vida na Clandestinidade

Durante a Ditadura Militar Brasileira, foram muitas as pessoas que viveram na clandestinidade, entre elas estava Nilce Azevedo Cardoso. Aqui no Brasil, outra época marcante, onde partidos e pessoas entraram na clandestinidade, foi durante o governo de Getúlio Vargas. Durante o Estado Novo vários partidos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) entraram na clandestinidade.

Já em 1964, como golpe Civil Militar, tanto o PCB, quanto os demais grupos políticos entraram para a clandestinidade. Segundo Carolina Dellamore Batista Scarpelli:

Com o golpe civil-militar de 1964, partidos políticos de esquerda e organizações revolucionárias, como por exemplo, PCB - Partido Comunista Brasileiro, AP - Ação Popular, ORM-PO/POLOP - Organização Revolucionária Marxista/Política Operária, PCdoB - Partido Comunista do Brasil e PORT – Partido Trotskista, existentes até então, passaram a ser perseguidos pela ditadura militar e foram levados para a clandestinidade. Assim, também as organizações revolucionárias criadas depois do golpe, como a VPR - Vanguarda Popular Revolucionária, Ala Vermelha do PCdoB, a COLINA - Comandos de Libertação Nacional, o PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, ALN – Ação Libertadora Nacional, entre outras, surgiram já na condição de clandestinas. Quase todas envolvidas com o processo de luta armada. Essa se constituiu como a única

forma de luta possível em um contexto de repressão política. (SCARPELLI, 2009, p. 40-41)

A clandestinidade foi a única forma encontrada por estes partidos ou organizações para continuarem lutando por seus direitos e contra a repressão. A clandestinidade não foi vivida da mesma forma por todos. Ao ingressar na vida clandestina, muda-se os nomes e o passado. O silêncio era importante para manter-se oculto perante a sociedade. Pouco se falava sobre as experiências vividas. Necessitava-se de cuidados para que não fossem identificados.

Nilce eu era um nome para um lugar legal, quando alguém não sabia que eu era militante, na fábrica era Nilce, mas como todo mundo tinha apelido eles me chamavam de Ni e Niu de Nina. (CARDOSO, 2008, s.p.).

As contradições entre o querer fazer e não poder eram comuns, já que ao mesmo tempo em que não poderiam ser identificados, para realizar algumas atividades, havia a necessidade de fazê-lo. Nilce, ao ter seu nome descoberto pelas autoridades, passou a aprender o que era viver clandestinamente e, ao mesmo tempo, a não abandonar suas funções dentro do partido. Devido as circunstâncias, não somente escolheu viver clandestinamente, mas se viu de certa forma obrigada, ao se deparar com a invasão da CRUSP, tendo seu nome entre os militantes, já que sua liberdade e sua vinculação ao partido dependiam desta condição. Em Porto Alegre, além de trabalhar com o movimento operário, realizava uma atividade denominada de “serviços”, tendo assim que executar tarefas como ir até um ponto, previamente demarcado e ali encontrava com pessoas e as levavam até um local seguro, no caso nas células do partido. Também fora a responsável por encontrar locais seguros, onde aconteciam as reuniões, organiza-los e ao final da reunião deixa-los da maneira em que estavam antes que a mesma ocorresse, para que assim, não houvesse suspeita de que o lugar havia sido momentaneamente célula do partido. A partir deste momento, o lugar deveria ser esquecido.

A clandestinidade pode trazer um sentimento de solidão, pois os contatos são restritos e, ainda assim, tem-se um cuidado para que não sejam descobertos. Em

uma entrevista realizada por Susel Oliveira da Rosa, Nilce relata como se sentia quanto a isso:

Muitos falam de clandestinidade como solidão. Não senti isso, não me lembro, pelo menos. Ficou para mim uma vida coletivizada, isso sim. O individual sem lugar, mas era para atingir um objetivo claro para mim. Quando se tem uma meta clara não se fica perguntando a todo momento por si mesma, nem razão de ser ali, nem do mundo, pois isso já está dentro do contexto ideológico (...) Leste o livro “A mãe, de Goki”? Talvez tu pudesses entender o que é fazer algo que se decidiu a fazer. A angustia dá lugar à luta, ao companheirismo e à solidariedade (apud Rosa, 2013, p. 50).

Além do companheirismo, Nilce contou também com os livros. Estes foram uma de suas principais companhias durante a clandestinidade. Um de seus livros prediletos foi *Cartas a um jovem poeta*, o livro foi composta por um conjunto de cartas a Franz Xaver Kappus, escritas por de René Karl Wilhelm Johann Josef Maria Rilke. Kappus as publicou, três anos após a morte de Rilke, no ano de 1929. O livro remete a uma solidão, porém, não triste, mas sim de encontro com seu próprio interior.

Procure trazer à tona as sensações submersas desse passado tão vasto; sua personalidade ganhará firmeza, sua solidão se ampliará e se tornará uma habitação a meia-luz, da qual passa longe o burburinho dos outros. E se, desse ato de se voltar para dentro de si, desse aprofundamento em seu próprio mundo, resultarem versos, o senhor não pensará em perguntar a alguém se são bons versos. Também não tentará despertar o interesse de revistas por tais trabalhos, pois verá neles seu querido patrimônio natural, um pedaço e uma voz de sua vida. Uma obra de arte é boa quando surge de uma necessidade (RILK, 2009, p. 26).

Os partidos passaram a agir de forma diferenciada em relação aos seus militantes também. As regras de conduta se tornaram mais rígidas, as viagens mais controladas. Ninguém poderia saber onde seu colega de partido morava, onde se encontrava. Os locais para as reuniões receberam proteção extra, assim como elas tornaram-se mais escassas. Essas eram as formas encontradas para proteger os integrantes do partido.

Nilce mudou-se para Porto Alegre em 1969, já vivendo na clandestinidade, passou a trabalhar na fábrica Renner como operária. Ao machucar-se durante um

dia de trabalho, abandonou a fábrica, no entanto, nunca abandonou o movimento operário. Passou a ministrar cursos para os mesmos em suas formações

Em 1968, a Ação Popular, estava inserida em fábricas e nos campos. Nilce já estava em Porto Alegre, no ano em que ocorreu a greve da Contagem em São Paulo, militando dentro de uma fábrica, porém, sua inserção na classe operária já ocorrera antes, em uma fábrica do ABC paulista.

Devido ao fato de viverem na clandestinidade, todos deveriam seguir normas rígidas, além de preceitos morais. Ou seja, não poderiam ocorrer traições e nem filhos fora do casamento. Quanto às mulheres, havia ordens restritivas, muitas vezes de cunho sexual. Mudavam-se os nomes e as histórias. Podemos perceber esta estrutura organizada dos grupos de resistência a partir deste trecho da entrevista de Nilce. Não havia punições para os que não cumprissem as regras, já que os militantes entendiam que estas deveriam ser cumpridas.

Mônica, então daí pra frente passei a ser chamada Mônica e não mais Nilce. Então, fui para essa célula aí tive que receber o documento base [...]. Se a estrutura é absolutamente hierarquizada com ações todas centralizadas, necessitava uma certa disciplina, porque toda a vez que você faz ação verticalizada você tem que ter disciplina. [...] Então eu fui aprender o que que era isso e fiquei nessas células de base aonde a gente mais ou menos continuou fazendo o que a gente já fazia (CARDOSO, 2008, s. p.).

A vida na clandestinidade tem suas consequências psicológicas. Nilce encontrava-se longe da família que sequer sabia onde ela encontrava-se, já que a mesma inventava situações onde supostamente estaria, para que sua família soubesse o menos possível e, ao mesmo tempo, a tranquilizasse.

Na clandestinidade, a pessoa deixa de existir à maneira como era e passa a se tornar outra, sem passado. No momento em que esta clandestinidade deixa de existir, existe um vácuo, em que a mesma é uma pessoa, aquela que estudou com determinado grupo, que se chamava Maria (nome fictício, usado aqui somente para exemplificar), e num outro, ela é uma pessoa com características pessoais diferentes, denominada Manuela (nome fictício, usado aqui somente para exemplificar).

Houve mulheres que se integraram às guerrilhas urbanas e rurais, outras participaram de ações políticas, como a organização e manutenção da imprensa clandestina, a distribuição de material impresso e o cuidado de casas (chamados de aparelhos) que serviam de base para estruturar as organizações e as atividades. (TELES, 2015 p. 1007).

Muitas vezes, a situação de clandestinidade se estende além do período da repressão, dado ao fato de que as pessoas perdem documentos, ficando, por vezes, a mercê do Estado. Com o final da ditadura, muitas pessoas que não passaram pelas prisões, que não militavam, desacreditavam no que teria ocorrido com as pessoas que passaram por isso. Isso também tornava ainda mais difícil a recolocação dessas pessoas dentro da sociedade e acarretava na sensação de estar só, em meio a multidão. O fato de não poder compartilhar as experiências vividas, de cair no descrédito por vezes, trazia o peso da solidão.

O Teatro Arena de Porto Alegre completará, no ano de 2017, seus 50 anos de existência. Foi um marco de resistência durante a Ditadura Militar, fundado já durante o Regime Militar no ano de 1967. Foram várias as peças censuradas, porém, em diversos momentos o teatro programava peças contra a repressão. Nilce teve contato com o grupo, enquanto se encontrava na clandestinidade. Sempre muito ativa, participou de aulas e, em dado momento, participou de uma encenação onde representava um personagem sendo torturado. Após este episódio, não voltou mais ao teatro, já que fora presa na semana seguinte a esta peça. Fechavam-se as cortinas. Nilce viveria os horrores dos porões da ditadura.

Considerações finais

O ingresso de Nilce Azevedo Cardoso dentro da militância se deu a partir da JUC. Suas funções dentro da JUC e da AP variavam, poderiam ser desde panfletagens, de organização até posições de comando. Participou também de movimentos operários dentro da Renner e de uma fábrica no ABC paulista.

As práticas educativas dos militantes da JUC e da AP ocorriam em diferentes momentos e formatos, e tinham diferentes funções. A partir da trajetória de Nilce Azevedo Cardoso pudemos perceber que dentro da JUC a educação ocorria em reuniões, seminários, palestras, congressos nacionais e estaduais, além de claro, uma educação prática, onde ocorriam pichações e panfletagens. Ou seja, além da parte teórica, ocorria a parte prática. Este método também se estende a AP, pois para conhecer como se comportava uma determinada parcela da população, estes deveriam conviver com este grupo social da população. Também ocorriam visitas às favelas, para que os militantes conhecessem o modo de vida desta população.

Na AP, seus militantes tinham acesso um texto referente ao funcionamento e normas de conduta do partido, porém no decorrer desta pesquisa percebeu-se que esta educação seguia a hierarquia da AP, já que Nilce apenas teve acesso a determinados autores, como Marx e Jorge Amado, devido à mudança de função dentro do grupo de resistência. O militante que estava acima de Nilce, como os dirigentes viajava a Cuba, por exemplo, para aprender com os militantes de esquerda destes países, como funcionava a organização dentro dos grupos e quais as formas que militavam. Os que viajavam traziam estas informações e as compartilhavam com os demais militantes da AP.

A vida na clandestinidade não era fácil, exigia um enorme cuidado. As atividades eram monitoradas, além de se restringirem. A educação foi primordial neste momento, já que tudo tinha de ser meticulosamente planejado, sem espaço para erros. Tudo era uma questão de tempo. Para Nilce, sua luta a “deixou forte, para nunca desistir (...) Fui feliz na clandestinidade e, apesar de tudo, sou uma pessoa alegre” (2016, s. p.).

A clandestinidade para muitos era marcada pela solidão, no entanto, pra Nilce isto não ocorria de fato, pois em seu tempo livre ocupava-se com leituras e as diversas mudanças contribuía para a formação de novas amizades.

Ao ingressar na clandestinidade a pessoa se tornava de certa forma invisível, ou seja, ela convivia com pessoas, morava em um determinado lugar, mas poucos ou ninguém do seu convívio durante o período de clandestinidade sabia seu verdadeiro nome. O cuidado era constante, pois um passo em falso, poderia ser o

bastante para que ocorresse uma prisão, daí a importância da pontualidade e da discrição.

Com este trabalho, também pudemos entender a importância da educação dentro dos grupos de resistência. A Ação Popular, trazia aos militantes a importância das normas de conduta, ou seja, era necessário agir de uma determinada forma para que o partido conseguisse continuar atuando, mesmo estando na ilegalidade. Além disto, livros que explicassem como deveria ocorrer a militância, no caso os livros que Nilce teve acesso quando ocorreu sua mudança de função e sua entrada na clandestinidade, mostraram-se importantes para sua organização pessoal, ou seja, a pontualidade e o silêncio foram características aprendidas por Nilce a partir de seus estudos e de suas práticas dentro da AP.

Os que foram presos na época possuem traumas irreversíveis, neste ano de 2016, o Projeto Clínicas do Testemunho⁴ completa quatro anos no Rio Grande do Sul. O grupo pega o testemunho de destas pessoas, além de dar um apoio psicológico e de divulgação. Para muitas pessoas, foi somente neste grupo, que pela primeira vez conseguiram falar sobre o que viveram.

Referências

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **Violar memórias e gestar história**: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um “parto difícil”, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

BORGES, Adriana Cristina e NORDER, Luiz Antônio Cabello. **Tortura e violência por motivos políticos no regime militar no Brasil**. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/adriana-borges-e-luiz-antonio-norder-tortura-e-violencia-por-motivos-politicos%20(1).pdf/>. Acesso 12 mai. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.

⁴ O Projeto Clínicas do Testemunho, é um organizado pela Comissão da Anistia, ligado ao Ministério da Justiça. Organizado em núcleos de apoio para os que sofreram com a Ditadura Militar.

CARDOSO, Nilce Azevedo. **Sobre sua trajetória**. Porto Alegre, 10 de janeiro de 2008. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

_____. **Ser mulher e militante**. Porto Alegre, 17 de novembro de 2016. Entrevista concedida a Eloina Kappaun.

CASSOL, **Tortura na Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)**. 2005 Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociais/humanas/article/view/782/>>. Acesso 07 mai. 2016

CENTRO de Documentação e Informação Científica. Disponível em: <http://www.pucsp.br/cedic/colecoes/colecoes_audiovisuais_sonoras/juventude_universitaria.html/>. Acesso 03 dez. 2016

DEPOIMENTO de **Nilce Azevedo Cardoso** concedido a Comissão Nacional da Verdade em Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UiwmSH9-1ts/>>. Acesso 01 mai. 2016.

DEPOIMENTO de **Nilce Azevedo Cardoso** concedido a Comissão Estadual da Verdade, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=l1zld0Vrques/>>. Acesso 01 mai. 2016.

FERREIRA, Elenice Silva. **A memória como objeto de análise e como fonte de pesquisa em História da Educação**: uma abordagem epistemológica. Departamento de Ciências Humanas e Letras da Universidade Estadual do Sudeste da Bahia-DCHL/UESB Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/1428-5387-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/1428-5387-1-PB%20(2).pdf)>. Acesso 28 set. 2016

FREIRE, Paulo. Educação Como Prática da Liberdade. Editora Paz e Terra Ltda, 1997. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/livro_freire_educacao_pratica_liberdade.pdf>. Acesso 19 dez. 2016

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. In. Institut International des Droits de L'enfant (IDE), 2005. Disponível em: <http://www.vdl.ufc.br/solar/aula_link/lquim/A_a_H/estrutura_pol_gest_educacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf>. Acesso em 15 nov. 2016.

GARCIA, Priscila Fernanda da Costa. **Feminismos e a Esquerda na Ditadura Militar**: as meninas de Ibiúna, militantes e oprimidas. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/feminismo_e_a_esquerda_na_ditadura_militar_as_meninas_de_ibiuna_militantes_e_oprimidas.pdf>. Acesso em 13 out. 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal**: participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p.27-38, mar. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso 26 ago. 2016.

MACHADO, Vanderlei. **Está faltando ela**: a história da resistência feminina ao regime militar nos livros didáticos de História. In. Vestígios do passado: a História e suas fontes. 2008. Disponível em: <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1208726223_ARQUIVO_EstafaltandoEla.pdf>. Acesso 12 ago. 2016.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. **Trajetória e Biografias**: notas para uma análise bourdieusiana. In. Sociologias. 2007, p. 240-264. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n17/a10n17.pdf>>. Acesso 20 dez. 2016

LACERDA FILHO, Mozart. **A experiência da clandestinidade política**: relatos orais de ex-militantes de esquerda durante a ditadura militar (1964-1979). 2011. Tese (doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humana e Sociais – UNESP - Campus de Franca. Franca, UNESP, 2011.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). **Gêneros, feminismos no cone sul**, 1ª ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

RILK. Rainer Maria. **Cartas a um jovem poeta**. Reedição. Editora Newtec Editores, 2009. Disponível em: <<https://rathziel.files.wordpress.com/2011/11/rainer-maria-rilke-cartas-a-um-jovem-poeta.pdf>>. Acesso 5 nov. 2016.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, Ditaduras e memórias**. 1 ed. São Paulo Editora Intermeios, 2013.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. **Marcas da clandestinidade**: memórias da Ditadura Militar Brasileira. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2ª ed. Editora Contexto, 2009.

SILVEIRA, Éder da Silva; RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. **A produção do conhecimento histórico sobre memória e patrimônio**: algumas considerações sobre o uso das fontes e notas preliminares para o professor/historiador em formação. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/332475580/Capitulo-Eder-e-Capovilla-Memoria-e-Patrimonio-Cultural/>>. Acesso 30 nov. 2016.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Violações dos direitos humanos das mulheres na Ditadura**. In. Estudos Femininos. Florianópolis, 2015 (nº 406). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41946/30517/>>. Acesso 11 mai. 2016.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Relatório Azul**: Visão Integral dos Direitos Urbanos. 1997, Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_relatorio_azul/index.html/>. Acesso 12 mai. 2016.